



informativo

SINFAC-SP

SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL – FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desafios e oportunidades da nova relação fisco-contribuinte

Páginas 4 e 5



TRIMESTRE REPLETO DE EVENTOS
Página 7

CONFIRA A PRÉVIA DA AGENDA 2012
Página 8

Sorria, você está sendo monitorado



Ao contemplar, no decorrer dos anos, o desenvolvimento de ferramentas cada vez mais avançadas tecnologicamente, que vêm transformando de forma irreversível as relações B2B, é inevitável pensar: até que ponto nossas empresas estão aptas a receber tamanho impacto evolutivo também nos campos contábil e fiscal?

Há muito já se provou não haver limites para a criatividade humana em encontrar soluções para os seus mais diversos desafios. Foi assim do ábaco à calculadora científica;

do quase extinto talonário de notas fiscais à chegada do poderoso Sistema Público de Escrituração Digital.

Por envolver um sem fim de aspectos antes desconsiderados, esta nova sistemática não apenas tornou a presença da autoridade tributária mais palpável, como também deu às organizações a chance de aprimorar seus instrumentos de apuração e controle.

O SPED, em verdade, é um investimento em qualidade e transparência e não um mero encargo a mais a ser cumprido. Este pensamento é a tônica da matéria de capa desta edição, na qual explicamos melhor esta tecnologia, com a participação de reputados conhecedores do tema.

A intenção é esclarecer os empresários ainda não familiarizados com esse novo jeito de fornecer informações ao fisco, agora praticamente em tempo real, mostrando o que de fato existe por trás dessa sigla, bem como a forma de melhor conviver com ela em seu dia a dia.

Mais ainda: motivar a reflexão sobre o uso cotidiano que se faz da tecnologia de ponta para aprimorar o próprio desempenho, ao invés de limitar-se a fazê-lo na prestação de contas de ordem tributária.

O SPED não veio, portanto, simplesmente para punir o empresário que forneça dados errados ou incompletos, mas sim mostrar ao mundo corporativo um caminho sem volta: o da conectividade total, onde as fronteiras caem e o pensamento cartesiano e inflexível – um dia predominante em boa parte das empresas – vira coisa do passado.

Para o fomento mercantil, que persegue continuamente a eficácia nos seus processos, essa busca por uma gestão realmente profissional só tende a levar o setor a evoluir mais ainda. Ou seja, o surgimento do SPED é uma rara oportunidade para que muitos finalmente saiam da concha na qual se confinaram durante décadas.

Ferramentas assim, se aplicadas de modo eficaz, podem levar a uma gestão praticamente quântica, na qual a tomada de decisões será processada sem a rigidez burocrática que já foi regra, mas sim a partir de fatos contextualizados no lugar de adivinhações, e a inteligência digital sendo utilizada, antes de tudo, em benefício do próprio negócio.

Luiz Carlos Casante, Presidente do SINFAC-SP

DIRETORIA

LUIZ CARLOS CASANTE
Presidente

HAMILTON DE BRITO JUNIOR
1º Vice-Presidente

MARCUS JAIR GARUTTI
2º Vice-Presidente

FERNANDO A. REGADAS JUNIOR
Diretor Tesoureiro

LUIZ FERNANDO LYCARIÃO DIAS DA TRINDADE
Diretor Secretário

FERNANDO GALUCCI
Diretor Social e de Eventos

JOSÉ CARLOS FRANCISCO
Diretor de Relações com o Mercado

DIRETORIA SUPLENTE

Robinson Carneiro Cerqueira Leite
Doriana Pieri Bento
Marcos Libanore Caldeira
Daniel Chamamah

CONSELHO FISCAL

Maria Isabel Salviati Camargo
Everaldo Moreira
Demetrius Alberto Duailibi

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Maria da Conceição Francischinelli

SINFAC-SP

Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil –
Factoring do Estado de São Paulo
Rua Líbero Badaró, 425 - conj. 183
01009-000 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3105-0615
www.sinfac-sp.com.br • sinfacsp@sinfac-sp.com.br

EXPEDIENTE

CRISTINA ENGELS RODRIGUES
Gerente Administrativo Financeiro

PRODUÇÃO EDITORIAL
Reperkut Comunicação S/S
(11) 4063-7928

reperkut@reperkut.com.br • www.reperkut.com.br
Jornalista Responsável: Wagner Fonseca (MTB 15.155)
Redatores: Fábio Guedes, Luciano Guimarães e Olga Defavari
Assistente: Guilherme Lopes Tonon

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Acará Gráficos & Editores
(11) 3803-8612
acara@acara.com.br • www.acara.com.br

IMPRESSÃO: LIP Gráficos

TIRAGEM: 2.500 exemplares

Adaptação aos novos tempos

“Nossas empresas precisam unir forças para se manter competitivas”

Sócio da Globalcash e atual conselheiro fiscal do SINFAC-SP, o administrador de empresas Demetrius Alberto Duailibi alerta para as implicações de novos cenários na atuação do fomento mercantil.

No setor desde 1997, quando resolveu abrir sua factoring juntamente com o ex-colega de PUC-SP, Marcus Vinicius Campos Tavolari, ele traça paralelos entre o final do século passado e os dias atuais, apontando algumas dificuldades do presente cuja transposição considera fundamental.

Entre elas, Demetrius destaca o crescimento na oferta de crédito por parte de bancos e FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) que, segundo ele, acabaram dando origem a uma concorrência desleal.

O empresário sustenta ainda ser necessária uma maior união entre as factorings, assim como a participação direta do Sindicato na derrubada de barreiras como a insistência de muitas empresas em não pagar títulos em poder de suas representadas.

INFORMATIVO SINFAC-SP: Seria possível comparar a situação do fomento mercantil quando vocês começaram e o cenário atual desse mercado?

Demetrius: Quando nós começamos, o fator variava de 6% a 7%, numa época em que o cheque ainda tinha um mercado muito grande. Além disso, não existiam os FIDCs e os bancos atuavam de forma discreta no chamado segmento *middle*.

Hoje, tudo é mais difícil, pois o fator caiu de forma expressiva, devido ao aumento da concorrência, e até mesmo pelo fato de estarmos vivendo numa economia estável.

Ao mesmo tempo, o setor bancário acordou com relação às empresas pequenas e médias; várias factorings montaram FIDCs, que têm carga tributária bastante inferior, enquanto outras, também para fugir

do arrocho fiscal, estão montando securitizadoras.

INFORMATIVO SINFAC-SP: Mas hoje, apesar de toda essa concorrência, existe mais segurança para se operar..

Demetrius: Sim, o controle anti-fraude, de fato, está melhor, o mercado tornou-se bem mais preparado, o cliente passou a trabalhar com várias factorings e isso acabou diminuindo os limites de crédito e pulverizando significativamente os riscos na área.

Por outro lado, nosso raio de ação diminuiu. O maior exemplo disso está nos cheques, um mercado que agora responde por no máximo 10% do movimento, no caso de nossa empresa, inclusive em segmentos antes muito fortes nisto, como o lojista.

INFORMATIVO SINFAC-SP: Diante deste diagnóstico, como você enxerga o futuro das factorings?

Demetrius: O futuro que eu vejo é as factorings crescerem por meio de fusões e aquisições ou se unirem em torno da criação, por parte do governo, de mecanismos que reduzam a carga tributária, o que eu, particularmente, considero mais difícil.

Também precisa mudar radicalmente essa questão das empresas que se recusam a pagar títulos negociados com as factorings.

INFORMATIVO SINFAC-SP: Neste sentido, qual o papel do Sindicato, em sua opinião?

Demetrius: Possivelmente, o SINFAC-SP terá de fazer uma campanha para as grandes empresas pagarem títulos em poder das factorings, entendendo finalmente que nós financiamos o pequeno empresário, fornecedor básico delas próprias.

INFORMATIVO SINFAC-SP: Como está sua atuação como conselheiro fiscal da entidade?

Demetrius: Hoje, a minha preocupa-



Duailibi: muita coisa mudou

“O futuro que eu vejo é as factorings crescerem por meio de fusões e aquisições ou se unirem em torno da criação, por parte do governo, de mecanismos que reduzam a carga tributária”

ção, e de toda a diretoria, é dar o retorno máximo para o empresário de factoring, investir o dinheiro arrecadado em cursos, palestras, ou seja, empregar esses recursos em seu benefício.

Também temos procurado expandir tudo isso rumo ao interior do Estado, por meio de cafés da manhã, palestras, encontros regionais e outros eventos. Eu acredito muito nesse movimento e acho que nós vamos crescer bastante também fora da Capital, em cidades onde há muitas factorings, principalmente de pequeno e médio porte.

Uma revolução chamada SPED

Como ficam as factorings diante de tantas mudanças?

Desde 2005, quando o governo federal iniciou o plano piloto para implantar a Nota Fiscal Eletrônica Brasil afóra, tornou-se claro que as coisas mudariam muito na forma como nossas empresas apuram e recolhem impostos.

Promover a integração dos fiscos, tornar mais rápida a identificação de ilícitos tributários, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes foram as justificativas então apontadas.

Várias etapas desse processo já transcorreram, envolvendo não apenas a NF-e, como também as demais ramificações do Sistema Público de Escrituração Digital, ou seja, os SPEDs Contábil e Fiscal.

No momento, a bola da vez nisso tudo atende pelo nome de EFD (Escrituração Fiscal Digital) PIS/COFINS, por ser justamente a próxima obrigação do gênero a entrar em vigor. Mais precisamente, a partir de fevereiro de 2012, após a prorrogação do

prazo inicial, que deveria ter se esgotado em junho último.

SISTEMAS INTEGRADOS

Mas para que tudo corra bem quando a data da primeira entrega eletrônica chegar, as empresas pertencentes ao regime do Lucro Real, no qual se enquadram todas as factorings por força de lei, deverão estar com os dados de suas operações igualmente em dia, ou seja, apurados e organizados de acordo com as novas exigências a partir dos fatos geradores datados em 1º de julho de 2011.

“O ponto fundamental é que todas as obrigações vinculadas ao SPED envolvem um nível muito detalhado e abrangente de informações, e elas precisam ser declaradas com a identificação de códigos igualmente precisos”, observa Francisco Peroni, diretor da empresa paulistana Asplan, cuja especialidade é o desenvolvimento de sistemas ERP.

Esse grau de refinamento, porém, dificilmente é alcançado de forma automática, segundo ele, já que geralmente as empresas enviam os dados para a contabilidade a partir de softwares suficientes para o controle de suas operações, porém muito longe de satisfazer plenamente a curiosidade cada vez mais aguçada do fisco.

Por isso o profissional aponta como prioridade número um das empresas o aprimoramento dos sistemas internos, a partir do diálogo com a contabilidade, seja ela própria ou terceirizada, a quem compete saber o quê e como deve ser informado para a realização correta de seu trabalho.

Contador de formação e empresário do factoring desde 1991, Sergio Melo entende dessa realidade muito bem. “As empresas do nosso segmento estão sendo forçadas a melhorar seus processos, sistemas e operações para gerar informações de melhor qualidade e evitar riscos cada vez mais presentes, diante da facilidade com que o fisco hoje cruza instantaneamente tudo que a ele é informado”, afirma o diretor da cearense SM Fomento.

Em função disso, ele concorda quanto à



necessidade de um trabalho conjunto entre a área contábil, gestores, profissionais de TI e empresários.

Nesta última instância, aliás, reside uma das maiores preocupações de Sebastião Gonçalves, contabilista com 30 anos de experiência e atual conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP).

“O empresariado, de uma forma geral, precisa se envolver mais em todas essas mudanças, pois a maioria acha que tudo é responsabilidade da contabilidade, deixando assim de se comprometer com o projeto, o que torna o sucesso em torno de sua implantação muito mais difícil”, pondera o especialista.

SUBJETIVIDADE

Outro ponto de atenção lembrado por Gonçalves é de ordem técnica e diz respeito ao benefício dos créditos, já que as factorings se enquadram no regime não-cumulativo, o que lhes permite deduzir alguns valores na base de cálculo para a apuração dos 7,6% devidos a título da COFINS e os 1,65% relativos ao PIS.

A lei nº 10.833/2002, no entender do empresário contábil, foi elaborada com base em critérios subjetivos, o que restringe significativamente a possibilidade de os contribuintes se creditarem de algumas despesas inerentes à sua operação.

Isso justifica plenamente que as empresas do fomento mercantil recorram sempre ao aconselhamento com a sua área contábil para evitar o pleito de créditos indevidos, irregula-

ridade que será detectada mais rapidamente à medida que a tecnologia do fisco evolua.

“Não se deve pensar apenas no SPED, pois ele não mudou a legislação, e apurar os impostos de forma correta deve ser uma prática constante, independentemente dessa nova maneira para a apresentação dos dados”, ressalva Gonçalves.

Por isso mesmo, Sergio Melo aponta aquilo que pode ser considerado um alento para as factorings que imaginavam estar com os dias contados uma prática recorrente no setor: os lançamentos por lotes diários.

De acordo com o também contabilista, as formas de escrituração previstas no SPED Contábil decorrem de disposições do Código Civil não revogadas. É o caso, por exemplo, do artigo 1.184, que prevê duas possibilidades para a escrituração do Livro Diário: Geral e com Escrituração Resumida.

O primeiro obedece ao que dispõe o capítulo segundo, ou seja, serão lançadas individualmente, com clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

Já o segundo tem por base o disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo, que admite a escrituração resumida do Diário, desde que os totais não excedam o período de 30 dias e sejam ainda utilizados livros auxiliares regularmente autenticados para registro individualizado.

“Ou seja, você pode ter lançamentos por períodos acumulados, mas é obrigado a manter controles e registros auxiliares que

“Geralmente as empresas enviam os dados para a contabilidade a partir de softwares suficientes para o controle de suas operações, porém muito longe de satisfazer plenamente a curiosidade cada vez mais aguçada do fisco”

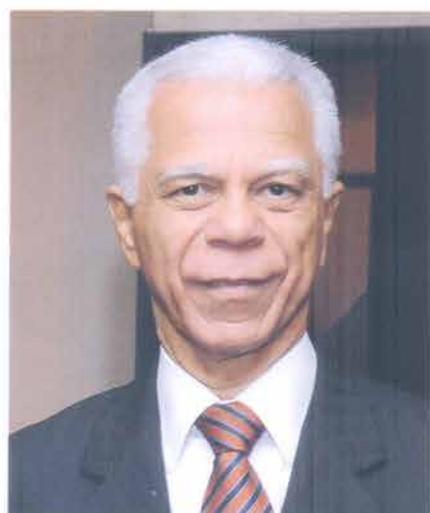
(Francisco Peroni, da Asplan Sistemas)

possam permitir prestar esclarecimentos ao fisco sempre que solicitado”, acrescenta o empresário.

Nesta e demais questões polêmicas relacionadas à convivência das factorings com o SPED e tudo o mais trazido à tona por esse “admirável mundo novo”, o que parece indiscutível mesmo é a necessidade de as empresas pensarem grande em torno de tantas mudanças, agindo sempre com base em muito planejamento e procurando tirar o máximo proveito dessa nova realidade para aperfeiçoar a sua própria gestão (confira artigo sobre o tema na página seguinte).



Peroni, da Asplan: melhores sistemas internos



Melo, da SM Fomento: escrituração resumida permanece



Gonçalves, do CRC-SP: o SPED não mudou a lei

A quem o SPED auxilia?

Roberto Dias Duarte (*)

Termo bastante difundido pela linguagem financeira, o retorno sobre investimento (*return on investment* ou *ROI*) pode ser definido como a soma das receitas geradas, acrescida do somatório das economias decorrentes da implantação do mesmo, dividido pelo total das despesas necessárias à execução do projeto. Ou seja, ROI é igual a (Receitas + Economias) / Despesas x 100.

Entender sua sistemática é essencial para compreender todas as mudanças em curso no mundo empresarial, em especial a implantação dos projetos do SPED, sigla de Sistema Público de Escrituração Digital.

O SPED propriamente dito não existe, pois é apenas um Decreto Presidencial (nº 6.022), assinado em 22 de janeiro de 2007. O que existe e impacta na vida de todas as empresas brasileiras são os projetos a ele relacionados, ou seja, a Nota Fiscal eletrônica (NF-e), a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD), entre outros.

Para melhor entender o ROI das empresas em função de todas essas novidades, é necessário compreender os objetivos essenciais do SPED: promover a integração dos fiscos, tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários e racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes.

Obviamente, os dois primeiros geram impactos para a eficiência fiscal e para a conformidade legal das empresas, e, consequentemente, de toda a sociedade.

Entretanto, apenas o terceiro objetivo tem ação direta sobre o ROI de um projeto de adequação ao SPED. Quando as milhares de obrigações acessórias forem racionalizadas e uniformizadas, as economias decorrentes do projeto serão maiores do que as despesas. Assim, o ROI resultante será maior que zero.

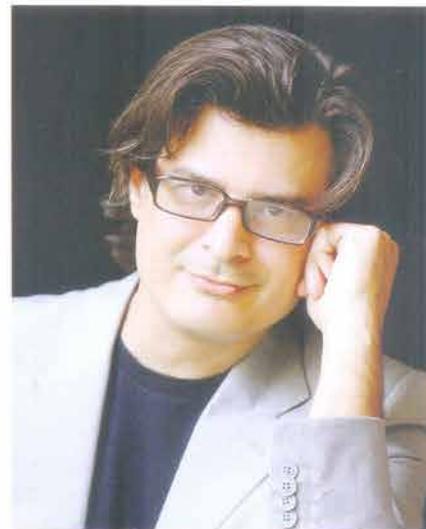
A implantação bem feita da NF-e em uma empresa, por exemplo, pode gerar significativas reduções de custos ao centralizar o faturamento de filiais; reduzir o trabalho operacional de digitação e escrituração de documentos; aumentar a integração intra e inter empresas e reduzir o custo de armazenagem e recuperação de documentos em papel.

Mas tudo isso, certamente, depende de esforço, conhecimento, disciplina, organização e, sobretudo, do espírito empreendedor por parte dos líderes do projeto.

Quanto às escriturações, a questão torna-se menos evidente aos olhos de quem vive no passado. Para compreender quais são as economias decorrentes da adequação à ECD ou EFD, é preciso realizar a análise de risco fiscal com a percepção de 5 anos no futuro.

Todas as empresas brasileiras já convivem com riscos e vulnerabilidades fiscais. Só que, a cada dia, há mais probabilidade de ocorrência de impactos maiores, pois, a partir de cruzamento de dados, as autoridades detectam com uma eficiência crescente indícios de não conformidade fiscal, cometida com ou sem intenção.

O ponto mais importante num projeto



de adequação neste campo é reduzir ou mitigar estes riscos, pensando na tecnologia e na metodologia que as autoridades utilizarão em 2016. Afinal, elas poderão ser aplicadas a documentos e escriturações eletrônicas de hoje.

Feito isto, creio que será fácil demonstrar um ROI significativo em todos os projetos relacionado ao SPED e seus componentes. A menos que sua empresa e o ecossistema ao qual ela esteja inserida possam ser considerados um modelo irretocável de perfeição fiscal.

(*) Roberto Dias Duarte é professor, empresário e autor de livros como o "Manual de Sobrevivência no Mundo Pós-SPED", quarta obra da série "Big Brother Fiscal"

Pensou em qualidade de serviço? Pensou em WBA!

A WBA é muito mais que uma Software House, formamos uma equipe altamente qualificada para oferecer o melhor atendimento! A WBA é mais!

www.wba.com.br

Siga a WBA nas redes sociais:

 facebook.com/wbainformatica

 @wbainformatica



Inauguração na capital e “maratona” no interior

Trimestre é marcado por inauguração da nova sede, palestra e cafés da manhã em três cidades

O sonho da sede própria, uma das principais realizações do SINFAC-SP em 2011, foi celebrado oficialmente em 20 de outubro, com a presença de autoridades, associados e entidades parceiras, “que nos deram o prazer de compartilhar a comemoração desse grande passo”, afirma o presidente do Sindicato, Luiz Carlos Casante.

Dentre os convidados ilustres no coquetel de inauguração esteve a deputada estadual Célia Leão, para quem mais essa conquista do SINFAC-SP decorre da competência, seriedade e obstinação de seus dirigentes. “Tudo isso, certamente, com a influência das mulheres que participaram desse processo, tornando o local bastante aconchegante”, observou.

Também marcaram presença o deputado federal Arnaldo Faria de Sá; diretores de entidades de classe, como o presidente da ANFAC, Luis Lemos Leite, e empresários do factoring, dentre os quais o ex-presidente do SINFAC-SP, Pio Daniele.

Igualmente prestigiaram o evento: Almir Silva Mota (presidente da FECONTESP), Dorival Maso (assessor da ANFAC), José Carlos Larocca (presidente do Sindilav e representante da FECOMERCIO-SP no evento), José Maria Chapina Alcazar (presidente do SESCON-SP), Victor Domingos Galloro e Edmilson Nunes Chaves (presidente e diretor do SINDCONT-SP, respectivamente) e Wanderley Antonio Laporta, representando o presidente do CRC-SP, Domingos Orestes Chiomento.

INTERIOR

As implicações do chamado “mundo 2.0” nas atividades do fomento mercantil, um dos destaques do IV Simpósio do setor realizado na sede da Fecomercio-SP, em setembro, contando com a participação especial de Joelmir Beting, também foi tema

de palestras na sede e em Sorocaba no mês de outubro.

A cargo da advogada Camilla do Vale Jimene, autora de livro sobre o assunto, a apresentação enfatizou cuidados elementares a serem tomados pelas factorings diante da inevitável virtualização de operações antes totalmente dependentes do papel.

Os cafés da manhã igualmente marcaram a agenda da entidade neste trimestre, ao levar membros da diretoria a Ribeirão Preto e Bauru, onde empresários locais tiveram a oportunidade de estreitar o networking, inclusive com os colegas de sua própria região, e discutir alguns dos aspectos mais relevantes do segmento na atualidade.

Em novembro, no último encontro do gênero de 2011, o consultor jurídico do Sindicato, Alexandre Fuchs das Neves, foi a Campinas proferir a palestra “Cadastro: Documentos Necessários e Prazo de Revalidação”, durante a qual relatou vários casos para demonstrar que a recuperação de crédito tem início no momento de sua concessão.



Entre as autoridades presentes, o deputado federal Arnaldo Faria de Sá...



... e a deputada estadual Célia Leão



Joelmir Beting falando no IV Simpósio



Palestra em Sorocaba



Cafés da manhã em Ribeirão Preto...



... Bauru e...



... Campinas.

Contribuição Sindical: Atualize seu cadastro

As empresas associadas que tiveram alteração no endereço ou capital social em 2010 devem informar isso o quanto antes ao Sindicato, pois assim a guia de recolhimento da Contribuição Sindical Patronal será emitida com as devidas atualizações.

O vencimento dessa obrigação anual, regida pelos artigos de 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho, como sempre será em janeiro, e até o dia 15 daquele mês o SINFAC-SP encaminhará as guias de recolhimento a todas as empresas cadastradas.

A gerente administrativo financeiro do Sindicato, Cristina Engels Rodrigues, reforça que não recolher o encargo tem duas

implicações. "Além de alijar a empresa de contribuir com o fortalecimento do próprio setor no qual ela atua, pode gerar multa, cobrança da dívida com juros e ações no Ministério do Trabalho", adverte.

A verba arrecadada destina-se ao desenvolvimento e manutenção de ferramentas, assim como condições gerais para o melhor desempenho das empresas de fomento mercantil do Estado de São Paulo.

Ao Sindicato, propriamente, cabem 60% desses valores, com o restante sendo partilhado entre Governo Federal, Confederação Nacional do Comércio e FECOMERCIO-SP, conforme determina a lei.

Associe-se

Moderna, ativa e engajada. Essas são apenas algumas características do SINFAC-SP, entidade que acaba de completar 20 anos de atuação e luta diuturnamente por seus associados e pela categoria em geral. Fortaleça o Sindicato com novas ideias e opiniões e participe de suas atividades. Seja protagonista da bem-sucedida história do SINFAC-SP. Acesse: www.sinfac-sp.com.br.

AGENDA 2012

FEVEREIRO	MARÇO
<p>02 São J. do Rio Preto: Palestra Medidas Para Evitar Fraudes 14 Campinas: Curso Factoring para Iniciante 28 São Paulo: Curso Matemática Financeira Excel</p>	<p>08 Ribeirão Preto: Palestra Carga Tributária nas Empresas de Fomento 13 São Paulo: Curso Cobrança/Inadimplência/Medidas para Evitar Fraudes 22 São Paulo: Fórum Cadastro Positivo 27 Bauru: Palestra Medidas para Evitar Fraudes</p>
ABRIL	MAIO
<p>03 Presidente Prudente: Café da Manhã 11 São Paulo: Palestra Como dar e receber Feedback 12 São Paulo: Café da Manhã 18 São Paulo: Curso Análise de Crédito: Ferramentas Disponíveis 24 Sorocaba: Curso Cobrança/Inadimplência/Medidas para Evitar Fraudes</p>	<p>08 São Paulo: Curso Factoring para Iniciante 16 Jaú: Café da Manhã 17 São J. do Rio Preto: Palestra Carga Tributária nas Empresas de Factoring 22 Campinas: II Encontro Regional</p>
JUNHO	JULHO
<p>12 Sorocaba: Palestra Aspectos Jurídicos do Crédito 14 Guarulhos: Café da Manhã 20 São Paulo: Curso Gestão da Empresa de Factoring 26 Piracicaba: Café da Manhã 28 São Paulo: Palestra Vedação de Títulos - Aspectos Legais</p>	<p>03 São Paulo: Fórum - Carga Tributária 12 Bauru: Palestra Fomento à Produção - Matéria Prima 26 São Paulo: Palestra "Neurolinguística"</p>
AGOSTO	SETEMBRO
<p>07 Campinas: Matemática Financeira 14 Marília: Café da Manhã 16 São Paulo: Palestra Cadastro Documentos Necessários e Prazo de Revalidação 22 São Paulo: Curso Técnicas de Vendas - Empresas de Factoring</p>	<p>11 Sorocaba: Curso Factoring para Iniciantes 27 São Paulo: V Simpósio</p>
OUTUBRO	NOVEMBRO
<p>04 São Paulo: Palestra Direito de Regresso / Alienação Fiduciária 17 São Paulo: Curso Segurança da Informação nas Empresas de Factoring 23 Araçatuba: Café da Manhã 25 Ribeirão Preto: Palestra Direito de Regresso / Alienação Fiduciária</p>	<p>06 São Paulo: Curso Matemática Financeira 22 São J. do Rio Preto: III Encontro Regional 27 Campinas: Palestra Medidas Para Evitar Fraudes 28 Santo André, São Bernardo, São Caetano: Café da Manhã</p>